STJ00097270

Dirley da Cunha Júnior

• Juiz Federal da Seção Judiciária da Bahia.
• Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP. • Mestre em Direito Econômico pela UFBA.
• Pós-graduado em Direito pela Universidade Lusíada (Porto/Portugal) e pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia.
• Ex-Promotor de Justiça do Estado da Bahia (1992-1995). • Ex-Procurador da República (1995-1999).
• Professor Adjunto IV (concursado) de Direito Constitucional
e dos Cursos de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).
• Professor Adjunto II de Direito Constitucional dos Cursos de Graduação,
Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
• Professor-Visitante do Mestrado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
• Professor-Conferencista de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Estado da Bahia (EMAB),
da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Bahia (FESMIP),
da Escola Judicial do TRT da 5ª Região (Bahia) e TRT da 19ª Região (Alagoas).
• Professor-Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito do Estado da Faculdade Baiana de Direito
e do Curso Juspodivm. Professor de Direito Constitucional e Administrativo dos Cursos Juspodivm.
Professor e Coordenador do Núcleo de Direito do Estado da Faculdade Baiana de Direito.
• Membro da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD).
• Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC).
• Presidente fundador do Instituto de Direito Constitucional da Bahia (IDCB).
• Autor de diversos artigos publicados em obras coletivas e revistas especializadas e dos livros:
- *"Curso de Direito Constitucional"* (Editora JusPodivm);
- *"Controle Judicial das Omissões do Poder Público"* (Editora Saraiva);
- *"Controle de Constitucionalidade"* (Editora Juspodivm);
- *"Direito Penal-parte geral"* (Editora JusPodivm);
- *"Curso de Direito Administrativo"* (Editora JusPodivm);
- *"EC 45/2004: Comentários à Reforma do Poder Judiciário"*, em co-autoria com Carlos Rátis (Editora JusPodivm);
- *"Constituição Federal para Concursos (CF)"*, em co-autoria com Marcelo Novelino (Editora JusPodivm) e
- *"Direito Constitucional - Coleção OAB. v.1"* (Editora JusPodivm).

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

8ª edição

Revista, ampliada
e atualizada.

2014

EDITORA JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

STJ00097270

EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim *(www.buenojardim.com.br)*

Diagramação: Maitê Coelho *(maitescoelho@yahoo.com.br)*

Revisão: Bárbara Cristina Mercês dos Santos

Todos os direitos desta edição reservados à Edições *Jus*PODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00097270

SUMÁRIO

Nota à oitava edição 25
Apresentação 27

Capítulo I
CONSTITUCIONALISMO 29
1. Origem e conceito 29
2. Desenvolvimento 30
   2.1. Constitucionalismo antigo 30
   2.2. Constitucionalismo medieval 31
   2.3. Constitucionalismo moderno 31
3. Neoconstitucionalismo 34
   3.1. Patriotismo Constitucional 37
   3.2. Transconstitucionalismo 38

Capítulo II
DIREITO CONSTITUCIONAL 41
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional 41
2. Objeto do Direito Constitucional 44
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional 44
   3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular 44
   3.2. Direito Constitucional Comparado 44
   3.3. Direito Constitucional Geral 45
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito 46
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não-jurídico 58
6. Fontes do Direito Constitucional 59

Capítulo III
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 61
1. Considerações acerca do vocábulo "Constituição" 61
2. As principais teorias da Constituição 62
   2.1. A Constituição como "garantia do *status quo* econômico e social" (Ernst Forsthoff) .. 63
   2.2. A Constituição como um "instrumento de Governo" (W. Hennis) 64
   2.3. A Constituição como "processo público" (Peter Häberle) 64
   2.4. A Constituição como "conjunto de normas constitutivas para a identidade de uma ordem político-social e do seu processo de realização" (R. Bäumlin) 64
   2.5. A Constituição como "programa de integração e de representação nacional" (H. Krüger) 65
   2.6. A Constituição como "ordem jurídica do processo de integração estatal" (Rudolf Smend) 65
   2.7. A Constituição como "ordem jurídica fundamental, material e aberta de uma comunidade" (Konrad Hesse) 66
   2.8. A Constituição como "legitimação do poder soberano segundo a ideia de Direito" (G. Burdeau) 66
   2.9. A Constituição como "fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes" (C. Mortati) 67
   2.10. A Constituição como "norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa" (F. Modugno) 67
   2.11. A Constituição como "totalidade, normalidade e normatividade" (H. Heller) 68

STJ00097270

3. Origem e conceito de Constituição 68
3.1. Origem 68
3.2. Conceito 69
4. Concepções sobre a Constituição 70
4.1. A concepção sociológica 70
4.2. A concepção política 72
4.3. A concepção jurídica 75
4.4. A concepção cultural (conexão das concepções anteriores) 81
5. Supremacia da Constituição 93
6. A unidade normativa da Constituição 99
7. Objeto e conteúdo das Constituições 99
8. Classificação das Constituições 100
8.1. Quanto ao conteúdo: *Material* e *Formal* 101
8.2. Quanto à forma: *Escrita* e *Não-Escrita* 102
8.3. Quanto à origem: *Democrática* e *Outorgada* 102
8.4. Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: *Imutável, Fixa, Rígida, Flexível* e *Semi-rígida* ou *Semiflexível* 103
8.5. Quanto à extensão: *Sintética* e *Analítica* 105
8.6. Quanto à finalidade: *Garantia* e *Dirigente* 106
8.7. Quanto ao modo de elaboração: *Dogmática* e *Histórica* 107
8.8. Quanto à ideologia: *Ortodoxa* e *Eclética* 107
8.9. Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): *Normativa, Nominal* e *Semântica* 107
8.10. Classificação da Constituição brasileira de 1988 108
9. Estrutura das Constituições 108
10. Elementos das Constituições 109
11. A Constituição Dirigente 110
12. A Constituição brasileira de 1988 119

Capítulo IV
TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL 121
1. A constituição como um sistema aberto de normas 121
2. A norma constitucional: conceito e natureza 122
3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional 124
4. As espécies de norma constitucional: os *princípios* e as *regras*. A "normatividade" dos princípios 126
4.1. A distinção entre regras e princípios em Robert Alexy 131
5. A eficácia jurídica da norma constitucional 132
5.1. O problema da eficácia das normas constitucionais 132
5.2. Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias 134
5.3. Normas constitucionais *self-executing* e *not self-executing* 135
5.4. A classificação da doutrina italiana 137
5.5. A classificação de J. H. Meirelles Teixeira 138
5.6. A classificação de José Afonso da Silva 139
5.7. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Brito 143
5.8. A classificação de Maria Helena Diniz 144
5.9. Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal 145
5.10. Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas 147
6. Os princípios constitucionais 152
6.1. Tipologia de princípios constitucionais 154
6.2. Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais 156
6.3. Hierarquia de princípios 157

STJ00097270

Capítulo V
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 161
1. Hermenêutica e interpretação jurídica 161
2. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional 164
3. As correntes interpretativistas e não-interpretativistas no direito norte-americano 166
   3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito 167
4. Métodos de interpretação constitucional 177
   4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico 178
   4.2. Método tópico-problemático 179
   4.3. Método hermenêutico-concretizador 180
   4.4. Método científico-espiritual 181
   4.5. Método normativo-estruturante 181
5. Princípios de interpretação constitucional 181
   5.1. Princípio da unidade da Constituição 182
   5.2. Princípio do efeito integrador 183
   5.3. Princípio da máxima efetividade 184
   5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional 184
   5.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização 185
   5.6. Princípio da força normativa da Constituição 186
   5.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade 186
   5.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis 188
   5.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição 188
6. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle 189

Capítulo VI
PODER CONSTITUINTE 191
1. Considerações preliminares 191
2. Conceito 192
3. O Poder Constituinte e o pensamento de Sieyès 193
4. Natureza 194
5. Titularidade e exercício do Poder Constituinte 195
6. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado 197
7. Poder Constituinte Originário 198
   7.1. Conceito 198
   7.2. Características 198
   7.3. Formas de manifestação 200
   7.4. Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal 200
8. Poder Constituinte Derivado 201
   8.1. Conceito 201
   8.2. Características 201
   8.3. Espécies 201
   8.4. Poder Constituinte Reformador 202
      8.4.1. Conceito 202
      8.4.2. Limitações 202
      8.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional 206
      8.4.4. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional 207
   8.5. Poder Constituinte Decorrente 208
9. Mutação constitucional 209
10. Direito Constitucional intertemporal 210
   10.1. Princípio da Recepção 210

STJ00097270

10.2. Repristinação 211
10.3. Desconstitucionalização 211

Capítulo VII
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 213
1. Considerações iniciais 214
2. Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade 214
2.1. Conceito 214
2.2. Pressupostos 215
2.2.1. A Constituição formal 215
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema 216
2.2.3. A previsão de um órgão competente 216
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade 217
3.1. O sistema "americano" da *judicial review of legislation* ou "difuso" de controle de constitucionalidade e o *leading case William Marbury v. James Madison* 219
3.2. O sistema "austríaco" ou "concentrado" de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen 227
3.3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008 234
3.3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional 235
3.3.1.1. Composição do Conselho Constitucional 236
3.3.1.2. Competência do Conselho Constitucional 237
3.3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França 237
3.3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC) 238
3.3.4. Considerações finais 240
3.4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil 241
3.4.1. A Constituição de 1824 241
3.4.2. A Constituição de 1891 242
3.4.3. A Constituição de 1934 243
3.4.4. A Constituição de 1937 244
3.4.5. A Constituição de 1946 244
3.4.6. A Constituição de 1967/69 245
3.4.7. A Constituição de 1988 245
4. Modelos de controle de constitucionalidade 247
4.1. Quanto ao parâmetro do controle 247
4.2. Quanto ao objeto do controle 248
4.3. Quanto ao momento da realização do controle 249
4.4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle 250
4.5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle 251
4.6. Quanto ao modo de manifestação do controle 252
4.7. Quanto à finalidade do controle 253
5. Controle difuso de constitucionalidade 254
5.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional 254
5.2. A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade 255
5.3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade 256
5.4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade 257
5.5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade 260
5.6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade 262
5.7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal 264
6. Controle concentrado de constitucionalidade 272

STJ00097270

6.1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional ... 272
6.2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade ... 273
6.3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: As Ações Diretas ... 279
7. Ação Direta de Inconstitucionalidade ... 282
7.1. Origem, conceito e finalidade ... 282
7.2. Legitimidade *ad causam* ... 282
7.3. Competência ... 287
7.4. Parâmetro e objeto ... 290
7.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 ... 300
7.6. Decisão e efeitos ... 302
8. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão ... 311
8.1. Origem e generalidades ... 311
8.2. Natureza, finalidade e procedimento ... 312
8.2.1. Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão ... 314
8.3. Legitimidade *ad causam* e competência ... 315
8.4. Parâmetro e objeto ... 316
8.4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características ... 316
8.4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional ... 319
8.4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades ... 319
8.4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial ... 319
8.4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material ... 324
8.4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa ... 324
8.4.4. As omissões controláveis ... 324
8.4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado ... 326
8.5. Decisão e seus efeitos ... 328
9. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva (representação interventiva) ... 334
9.1. Origem, conceito e finalidade ... 334
9.2. Legitimidade *ad causam* ... 337
9.3. Competência ... 337
9.4. Parâmetro e objeto ... 338
9.5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011 ... 339
9.6. Da medida liminar ... 341
9.7. Decisão e efeitos ... 341
10. Ação declaratória de constitucionalidade ... 342
10.1. Origem, conceito e finalidade ... 342
10.2. Legitimidade *ad causam* ... 343
10.3. Competência ... 344
10.4. Parâmetro e objeto ... 344
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 ... 345
10.6. Decisão e efeitos ... 346
11. Arguição de descumprimento de preceito fundamental ... 347
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto ... 347
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais ... 352
11.3. Conceito de "descumprimento" na arguição ... 356
11.4. Modalidades da arguição de descumprimento ... 357
11.5. Arguição direta ou autônoma ... 358
11.5.1. Legitimidade *ad causam* ... 358
11.5.2. Competência ... 363
11.5.3. Procedimento. A Lei 9.882/99 ... 363
11.5.4. Medida liminar ... 365
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis ... 366

STJ00097270

11.5.5.1. Atos normativos ... 368
11.5.5.2. Atos não normativos ... 369
11.5.5.3. Atos municipais ... 370
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição ... 371
11.5.5.5. Atos políticos ... 372
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais ... 374
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo ... 376
11.5.6. Decisão e seus efeitos ... 377
11.6. Arguição incidental ... 381
11.6.1. Legitimidade *ad causam* ... 384
11.6.2. Objeto ... 385
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante ... 386
11.7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99 ... 388
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros ... 394
12.1. Considerações gerais ... 394
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados ... 394
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados ... 397

Capítulo VIII
HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS ... 401
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro ... 401
2. A Constituição de 1824 ... 402
3. A Constituição de 1891 ... 403
3.1. A instalação da Primeira República ... 403
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891 ... 404
4. A Constituição de 1934 ... 405
4.1. A Revolução de 1930 ... 405
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934 ... 406
5. A Constituição de 1937 ... 407
5.1. O Estado Novo ... 407
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937 ... 408
6. A Constituição de 1946 ... 408
7. A Constituição de 1967 ... 409
7.1. A Revolução de 1964 ... 409
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967 ... 410
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69) ... 411
9. A Constituição de 1988 ... 411
9.1. Antecedentes ... 411
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988 ... 412

Capítulo IX
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS ... 415
1. Considerações iniciais ... 415
2. Princípio Federativo ... 415
3. Princípio Republicano ... 418
4. Princípio do Estado Democrático de Direito ... 420
5. Princípio da Soberania Popular ... 421
6. Princípio da Separação de Poderes ... 421
6.1. O Poder político e as funções estatais ... 421
6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais ... 423
6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras ... 428
6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes ... 429

STJ00097270

7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro 432
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro 433
9. Princípios regentes das relações internacionais 434

Capítulo X
TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 437
1. Considerações iniciais 437
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais 438
3. A teoria dos quatro *status* de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais 445
   3.1. Função de defesa ou de liberdade 447
   3.2. Função de prestação 448
   3.3. Função de proteção perante terceiros 450
   3.4. Função de não discriminação 451
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais 451
   4.1. Considerações iniciais 451
   4.2. As Declarações de Direitos 456
      4.2.1. A Magna Carta 458
      4.2.2. A *Petition of Rights* 459
      4.2.3. O *Habeas Corpus Act* 460
      4.2.4. O *Bill of Rights* 460
      4.2.5. O *Act of Settlement* 461
      4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia 461
      4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão 463
      4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem 467
   4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira e quarta geração ou dimensão 472
      4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos 475
      4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais 476
      4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade 482
      4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direita e os direitos relacionados à biotecnologia 483
      4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz 483
   4.4. Considerações finais 484
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais 485
6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado 488
7. Características dos direitos fundamentais 490
8. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais 494
9. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou "eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas" ou "eficácia privada dos direitos fundamentais" ou "eficácia externa dos direitos fundamentais") 499
10. Os direitos fundamentais e suas garantias 501

Capítulo XI
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 503
1. Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988 503
2. Os destinatários dos direitos fundamentais 504
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. Significado e alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988 505

STJ00097270

4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. O significado e alcance da cláusula de "abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais" do art. 5º, § 2º e o novo § 3º 514
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 527

Capítulo XII
DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS 535
1. Considerações iniciais 535
2. Direito à vida 535
3. Direito à igualdade 536
4. Direito à liberdade 540
4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade 540
4.2. Liberdade de locomoção 541
4.3. Liberdade de opinião ou pensamento 541
4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação 543
4.5. Liberdade de informação 544
4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística 545
4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência 549
4.7. Liberdade de reunião 551
4.8. Liberdade de associação 552
4.9. Liberdade de opção profissional 553
5. Direito à privacidade 554
5.1. Direito à intimidade 554
5.2. Direito à vida privada 555
5.3. Direito à honra 556
5.4. Direito à imagem 556
5.5. Direito à inviolabilidade da casa 556
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas 558
6. Direito de propriedade 563
6.1. Propriedade intelectual 564
6.2. Direito de herança 565
7. Direito de petição 565
8. Direito de certidão 566
9. Direito de acesso à justiça 566
10. Direito à segurança jurídica 567
10.1. Garantia do direito adquirido 568
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito 569
10.3. Garantia da coisa julgada 569
11. Direito à garantia do devido processo legal 570
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa 571
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal 572

Capítulo XIII
DOS DIREITOS SOCIAIS 585
1. Considerações iniciais 585
2. Direitos sociais do trabalhador 587
3. Direitos sociais da seguridade social 592
3.1. Direito à saúde 593
3.2. Direito à previdência social 595
3.3. Direito à assistência social 595
4. Direitos sociais à educação e à cultura 595

STJ00097270

4.1. Direito à educação ... 595
4.2. Direito à cultura ... 599
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ... 599
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e do idoso ... 600
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível ... 602

Capítulo XIV
DO DIREITO DE NACIONALIDADE ... 609
1. Considerações iniciais ... 609
2. Conceito de nacionalidade ... 609
3. Espécies de nacionalidade ... 609
4. Modos de aquisição da nacionalidade ... 610
5. O polipátrida e o apátrida *(heimatlos)* ... 610
6. Os brasileiros na Constituição Federal de 1988 ... 611
6.1. Os brasileiros natos ... 611
6.2. Os brasileiros naturalizados ... 615
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados ... 618
8. Perda da nacionalidade brasileira ... 619
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira ... 620
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil ... 621

Capítulo XV
DOS DIREITOS POLÍTICOS ... 623
1. Considerações iniciais ... 623
2. Modalidades de direitos políticos ... 623
3. Direitos políticos positivos ... 623
3.1. Direitos políticos ativos ... 623
3.2. Direitos políticos passivos ... 624
4. Direitos políticos negativos ... 626
4.1. Inelegibilidades ... 626
4.1.1. Inelegibilidades absolutas ... 626
4.1.2. Inelegibilidades relativas ... 626
4.2. Perda e suspensão de direitos políticos ... 629
5. Dos partidos políticos ... 631
5.1. Conceito ... 632
5.2. Liberdade partidária ... 632
5.3. Autonomia partidária ... 632
5.4. Direitos dos partidos políticos ... 633

Capítulo XVI
DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS ... 635
1. Considerações gerais ... 635
2. *Habeas corpus* ... 635
2.1. Escorço histórico da origem do instituto ... 635
2.2. Natureza Jurídica ... 637
2.3. Espécies ... 637
2.4. Legitimidade *ad causam* ... 637
2.4.1. Legitimidade ativa ... 637
2.4.2. Legitimidade passiva ... 638
2.5. Hipóteses de cabimento ... 639
2.6. Competência ... 640
2.7. Procedimento ... 642
3. Mandado de segurança ... 642
3.1. Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto ... 642

STJ00097270

3.2. Natureza Jurídica 644
3.3. Espécies 644
3.4. Legitimidade *ad causam* 644
3.4.1. Legitimidade ativa 644
3.4.2. Legitimidade passiva 645
3.5. Cabimento 646
3.6. Objeto da impetração 647
3.7. Competência 649
3.8. Procedimento 650
3.9. Da Medida Liminar 651
3.10. Da Sentença 652
3.11. Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença 652
3.12. Do Mandado de Segurança Coletivo 653
3.13. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal 653
4. Mandado de injunção 655
4.1. Origem e considerações gerais a respeito do instituto 655
4.2. Objeto 661
4.3. Legitimidade ativa 662
4.4. Legitimidade passiva 662
4.5. Competência 664
4.6. Decisão e seus efeitos 665
5. *Habeas data* 676
6. Ação popular 679
6.1. Considerações gerais 679
6.2. Requisitos específicos da ação 680
6.3. Finalidade da ação 680
6.4. Objeto da ação popular 681
6.5. Legitimidade *ad causam* 682
6.5.1. Legitimidade ativa 682
6.5.2. Legitimidade passiva 682
6.6. Competência 683
6.7. Liminar, sentença e coisa julgada 683
7. Ação civil pública 684

Capítulo XVII
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO 691
1. O Princípio Federativo e o Estado Federal 691
1.1. Estado Federal e Estado Unitário 692
1.2. Estado Federal e Estado Regional 692
1.3. Estado Federal e Confederação de Estados 692
1.4. Características comuns do Estado Federal 692
1.5. Estado Federal e tipos de Federalismo 695
2. O Federalismo Brasileiro 695
2.1. Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro 695
2.2. A Organização Política do Estado brasileiro 696
3. A repartição de competência 696
3.1. O princípio da predominância do interesse 697
3.2. Técnicas de repartição de competência 697
4. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988 697
4.1. A repartição horizontal de competência. Técnicas 698
4.2. A repartição vertical de competência 698
5. Competências e sua classificação 699
5.1. Competência legislativa 699
5.2. Competência não legislativa ou material 699

STJ00097270

5.3. Outras competências ... 699
6. A União ... 700
6.1. A posição da União na Federação ... 700
6.2. Brasília: sede do governo da União ... 700
6.3. Bens da União ... 701
6.4. Competência material da União ... 702
6.4.1. Competência material exclusiva da União ... 703
6.4.2. Competência material comum da União ... 704
6.5. Competência legislativa da União ... 706
6.5.1. Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados ... 706
6.5.2. Competência legislativa concorrente da União ... 710
7. Os Estados federados ... 712
7.1. A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembléias Legislativas ... 712
7.2. Competência material (privativa e comum) ... 713
7.3. Competência legislativa (privativa e concorrente). A competência suplementar ... 714
7.4. Bens dos Estados ... 715
8. O Distrito Federal ... 715
8.1. A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências ... 715
9. Os Municípios ... 716
9.1. O Município nas Constituições anteriores ... 717
9.1.1. O Município na Constituição do Império ... 717
9.1.2. O Município na Constituição de 1891 ... 718
9.1.3. O Município na Constituição de 1934 ... 718
9.1.4. O Município na Constituição de 1937 ... 718
9.1.5. O Município na Constituição de 1946 ... 719
9.1.6. O Município na Constituição de 1967 ... 719
9.2. As competências do Município na Constituição Federal de 1988 ... 720
9.2.1. A competência legislativa ... 723
9.2.2. A competência material ... 724
10. Os Territórios Federais ... 726
10.1. Natureza ... 726
10.2. Organização ... 726
11. Intervenção ... 727
11.1. Conceito ... 727
11.2. Intervenção Federal ... 727
11.3. Intervenção Estadual ... 730
11.4. Formalidades comuns ... 731
12. A Administração Pública ... 731
12.1. Conceito ... 731
12.2. Organização ... 733
12.2.1. Administração direta ... 734
12.2.2. Administração indireta ... 735
12.3. Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública ... 736
12.3.1. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado ... 738
12.3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público ... 740
12.3.3. Princípio da Legalidade ... 740
12.3.4. Princípio da Impessoalidade ... 741
12.3.5. Princípio da Moralidade ... 741
12.3.6. Princípio da Publicidade ... 743
12.3.7. Princípio da Eficiência ... 745
12.3.8. Princípio da Finalidade Pública ... 746

12.3.9. Princípio da Presunção de Legitimidade 747
12.3.10. Princípio da Autotutela 747
12.3.11. Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos 748
12.3.12. Princípio da Motivação 749
12.3.13. Princípio da Responsabilidade do Estado 750
12.3.14. Princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas 751
12.3.15. Princípio do prévio concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos 752
12.3.16. Princípio da obrigatoriedade da licitação 755
12.4. Dos Servidores Públicos 756
12.4.1. Agentes Públicos 756
12.4.2. Espécies de Agentes Públicos 757
12.4.2.1. Agentes políticos 757
12.4.2.2. Agentes ou servidores administrativos do Estado 757
12.4.2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado 765
12.4.3. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve 766
12.4.4. Remuneração e subsídio do servidor 768
12.4.5. Estabilidade do servidor 777
12.4.6. Previdência do servidor 779
12.5. Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios 783
12.6. Das Regiões 785

Capítulo XVIII
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 787
1. As funções do Estado e a separação de Poderes 787
2. Do Poder Legislativo 790
2.1. Órgãos do Poder Legislativo 790
2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N. 790
2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: As Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição 792
2.1.3. Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: As Câmaras de Vereadores dos Municípios. Composição 793
2.2. Organização interna do Poder Legislativo 798
2.2.1. A Mesa Diretora 798
2.2.2. As Comissões Parlamentares 798
2.2.2.1. Comissões Permanentes 799
2.2.2.2. Comissões Temporárias 799
2.2.2.3. Comissões Mistas 800
2.2.2.4. Comissões de Inquérito 800
2.2.2.5. Representativa 808
2.2.3 A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos 808
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo 808
2.3.1. A Legislatura 808
2.3.2. As Sessões legislativas 809
2.3.2.1. Ordinária 809
2.3.2.2. Extraordinária 809
2.3.3. As Sessões 810
2.3.3.1. Ordinárias 810
2.3.3.2. Extraordinárias 810
2.3.4. As Sessões preparatórias 810
2.4. As atribuições do Congresso Nacional 811
2.5. As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51) 813

STJ00097270

2.6. As atribuições do Senado Federal (art. 52) ... 815
2.7. *Quórum* para deliberações (art. 47) ... 816
2.8. O Processo Legislativo ... 816
2.8.1. Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos ... 816
2.8.2. Atos do processo legislativo ... 824
2.8.2.1. Iniciativa legislativa ... 824
2.8.2.2. Emendas parlamentares ... 826
2.8.2.3. Votação ... 827
2.8.2.4. Sanção e veto ... 828
2.8.2.5. Promulgação e publicação ... 830
2.9. Procedimentos legislativos ... 830
2.9.1. Procedimento legislativo ordinário ... 830
2.9.2. Procedimento legislativo sumário ... 831
2.9.3. Procedimentos legislativos especiais ... 832
2.10. Dos Deputados e dos Senadores ... 832
2.10.1. Prerrogativas ... 832
2.10.1.1. As imunidades ... 832
2.10.1.2. O privilégio de foro por prerrogativa da função ... 835
2.10.1.3. Isenção do serviço militar ... 837
2.10.1.4. Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção ... 837
2.10.2. Incompatibilidades ... 837
2.10.3. Perda do mandato ... 837
2.10.3.1. Cassação ... 837
2.10.3.2. Extinção ... 838
2.11. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas ... 841
2.11.1. Dos Tribunais de Contas ... 845
2.11.1.1. Do Tribunal de Conta da União ... 846
2.11.1.2. Do Tribunal de Conta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ... 846
3. Do Poder Executivo ... 847
3.1. Sistemas de governo ... 847
3.1.1. Parlamentarismo ... 848
3.1.2. Presidencialismo ... 850
3.2. O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República ... 850
3.3. Eleição do Presidente da República ... 851
3.4. Substituição e sucessão do Presidente da República ... 852
3.5. Atribuições do Presidente da República ... 854
3.6. Responsabilidade do Presidente da República ... 857
3.7. Prerrogativas do Presidente da República ... 860
3.8. Auxiliares do Presidente da República ... 861
3.9. Órgãos de Consulta do Presidente da República ... 861
3.9.1. Conselho da República ... 861
3.9.2. Conselho de Defesa Nacional ... 861
4. Do Poder Judiciário ... 862
4.1. A função jurisdicional do Estado ... 862
4.2. Órgãos do Poder Judiciário ... 863
4.3. O Estatuto da Magistratura ... 864
4.4. As Garantias do Poder Judiciário ... 870
4.5. Quinto Constitucional ... 874
4.6. Regime Constitucional dos Precatórios ... 875
4.7. Do Supremo Tribunal Federal ... 885
4.8. Do Conselho Nacional de Justiça ... 900
4.9. Do Superior Tribunal de Justiça ... 905
4.10. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais ... 907

STJ00097270

4.11. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho 911
4.12. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais 922
4.13. Dos Tribunais e Juízes Militares 924
4.14. Dos Tribunais e Juízes dos Estados 925
4.15. Dos Juizados Especiais 925
5. Das funções essenciais à Justiça 927
5.1. Do Ministério Público 927
5.1.1. Histórico 927
5.1.2. O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988 928
5.1.3. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 928
5.1.4. Princípios institucionais 931
5.1.4.1. Unidade 931
5.1.4.2. Indivisibilidade 931
5.1.4.3. Independência funcional 931
5.1.5. Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público 931
5.1.6. Funções institucionais 932
5.1.7. Conselho Nacional do Ministério Público 933
5.1.8. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas 934
5.2. Da Advocacia Pública 935
5.3. Da Advocacia 937
5.4. Da Defensoria Pública 938

Capítulo XIX
DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 943
1. Considerações gerais 943
2. Do Sistema Constitucional das Crises e dos Estados de Exceção 943
2.1. Do Estado de Defesa 944
2.2. Do Estado de Sítio 945
2.3. Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio 947
3. Das Forças Armadas 947
4. Da Segurança Pública 949

Capítulo XX
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO 951
1. Do Sistema Tributário Nacional 951
1.1. Dos tributos: noção de tributo. Obrigação tributária, hipótese de incidência tributária e fato imponível do tributo. Base de cálculo e alíquota 951
1.2. A competência tributária 959
1.2.1. Técnicas de repartição da competência tributária 959
1.2.2. Limites ao exercício da competência tributária 960
1.3. Classificação dos tributos 960
1.4. O imposto 963
1.4.1. Impostos reais e pessoas 963
1.4.2. Impostos diretos e indiretos 964
1.4.3. Impostos em espécies 964
1.4.3.1. Impostos da União 965
1.4.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal 966
1.4.3.3. Impostos dos Municípios 968
1.5. A taxa 969
1.5.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado 970
1.5.2. A taxa e o preço (tarifa) 971
1.6. A Contribuição de Melhoria 972
1.7. Os Empréstimos Compulsórios 973

STJ00097270

1.8. As Contribuições sociais ... 975
1.8.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico ... 976
1.8.2. As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas ... 977
1.8.3. As contribuições sociais da seguridade social ... 977
1.9. Das Limitações ao Poder de Tributar ... 978
1.9.1. O Princípio da Legalidade Tributária ... 978
1.9.2. Princípio da Igualdade Tributária ... 980
1.9.3. Princípio da Capacidade Contributiva ... 980
1.9.4. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária ... 981
1.9.5. Princípio da Anterioridade ... 982
1.9.6. O Princípio da Não-Cumulatividade ... 984
1.9.7. Princípio da Seletividade ... 985
1.9.8. Princípio da vedação do confisco ... 986
1.9.9. Princípio da Imunidade recíproca ... 986
1.9.10. As imunidades dos templos de qualquer culto ... 987
1.9.11. As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos ... 988
1.9.12. As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão ... 988
1.9.13. As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham ... 990
1.9.14. Outras limitações ... 990
1.10. Da repartição das receitas tributárias ... 990
2. Das Finanças Públicas ... 993
2.1. Considerações gerais ... 993
2.2. Dos Orçamentos ... 993

Capítulo XXI
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA ... 997
1. Conceito de *Ordem* ... 997
2. Ordem Econômica ... 997
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica ... 998
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras ... 1000
2.3. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988 ... 1001
2.4. Ordem Econômica, Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável ... 1005
2.5. Da Política Urbana ... 1009
2.5.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana ... 1011
2.6. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária ... 1012
2.6.1. Desapropriação para fins de reforma agrária ... 1012
3. Do Sistema Financeiro Nacional ... 1016

Capítulo XXII
DA ORDEM SOCIAL ... 1017
1. Considerações gerais ... 1017
2. Objetivos ... 1017
3. Da seguridade social ... 1017
3.1. Saúde ... 1019
3.2. Previdência social ... 1021
3.3. Assistência social ... 1024

STJ00097270

4. Da Educação, da Cultura e do Desporto 1025
5. Da Ciência e Tecnologia 1029
6. Da Comunicação Social 1029
7. Do Meio Ambiente 1031
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso 1042
9. Dos índios 1047

Bibliografia 1049